TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP002828/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 07/04/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR054627/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 10260.106513/2022-30
DATA DO PROTOCOLO: 04/04/2022

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 10260.127517/2020-90
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 09/11/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DA INDUSTRIA DE PANIFICACAO E CONFEITARIA DE SAO JOSE DO RIO PRETO E REGIAO, CNPJ n. 06.988.162/0001-66, neste ato representado(a) por seu ;

E

FED DOS TRAB NAS IND DE ALIM DO EST S PAULO, CNPJ n. 62.651.468/0001-01, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE SAO JOSE DO RIO PRETO E REGIAO SP, CNPJ n. 56.359.243/0001-75, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS USINAS DE ACUCAR,NAS INDUSTRIAS DE SUCO CONCENTRADO,DO CAFE SOLUVEL,DOS LATICINIOS E DA ALIMENTACAO DE CATANDUVA, CNPJ n. 56.365.612/0001-32, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA ALIMENTACAO E DO ACUCAR DE OLIMPIA E REGIAO, CNPJ n. 00.807.997/0001-96, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS TRAB NAS IND DE ALIMENTACAO E AFINS DE VOTUPORANGA, CNPJ n. 56.364.540/0001-09, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE PONTES GESTAL-SP, CNPJ n. 12.309.450/0001-40, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2022 e a data-base da categoria em 01º de setembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA. OS MUNICÍPIOS DESTE TERMO ADITIVO QUE NÃO ESTÃO SENDO REPRESENTADOS PELO SINDICATO ESTÃO SENDO REPRESENTADOS PELA FEDERAÇÃO QUE REPRESENTA SOMENTE OS MUNICÍPIOS INORGANIZADOS EM SINDICATO. E POR SUA VEZ O SINDICATO PATRONAL REPRESENTA TODOS OS MUNICÍPIOS RELACIONADOS**, com abrangência territorial em sua base, com abrangência territorial em Adolfo/SP, Altair/SP, Álvares Florence/SP, Américo de Campos/SP, Aparecida d'Oeste/SP, Ariranha/SP, Aspásia/SP, Bady Bassitt/SP, Bálsamo/SP, Cajobi/SP, Cardoso/SP, Catanduva/SP, Catiguá/SP, Cedral/SP, Cosmorama/SP, Dirce Reis/SP, Dolcinópolis/SP, Elisiário/SP, Embaúba/SP, Estrela d'Oeste/SP, Fernandópolis/SP, Guapiaçu/SP, Guaraci/SP, Guarani d'Oeste/SP, Ibirá/SP, Icém/SP, Ilha Solteira/SP, Indaporã/SP, Irapuã/SP, Jaci/SP, Jales/SP, José Bonifácio/SP, Lourdes/SP, Macauba/SP, Macedônia/SP, Marapoama/SP, Marinópolis/SP, Mendonça/SP, Meridiano/SP,

Mesópolis/SP, Mira Estrela/SP, Mirassol/SP, Mirassolândia/SP, Monções/SP, Monte Aprazível/SP, Neves Paulista/SP, Nhandeara/SP, Nipoã/SP, Nova Aliança/SP, Nova Canaã Paulista/SP, Nova Granada/SP, Nova Luzitânia/SP, Novais/SP, Onda Verde/SP, Orindiúva/SP, Palestina/SP, Palmares Paulista/SP, Palmeira d'Oeste/SP, Paraíso/SP, Paranapuã/SP, Paulo de Faria/SP, Pedranópolis/SP, Pindorama/SP, Planalto/SP, Poloni/SP, Pontalinda/SP, Pontes Gestal/SP, Populina/SP, Potirendaba/SP, Riolândia/SP, Rubinéia/SP, Sales/SP, Santa Adélia/SP, Santa Albertina/SP, Santa Clara d'Oeste/SP, Santa Fé do Sul/SP, Santa Rita d'Oeste/SP, Santana da Ponte Pensa/SP, Santo Antônio do Aracanguá/SP, São Francisco/SP, São João das Duas Pontes/SP, São João de Iracema/SP, São José do Rio Preto/SP, Sebastianópolis do Sul/SP, Severínia/SP, Suzanápolis/SP, Tabapuã/SP, Tanabi/SP, Três Fronteiras/SP, Turmalina/SP, Ubarana/SP, Uchoa/SP, União Paulista/SP, Urânia/SP, Urupês/SP, Valentim Gentil/SP, Votuporanga/SP e Zacarias/SP.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO - PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

a) A partir de **01 de Setembro de 2.021**, os pisos salariais unificados da categoria passam ter os seguintes valores:

FUNÇÃO	PISO A PARTIR DE 01-09-2021
Padeiro e/ou Confeiteiro	R\$2.122,00
Demais Funções	R\$1.675,00

b) A partir de **01 de Fevereiro de 2.022**, os pisos salariais unificados da categoria passam ter os seguintes valores:

FUNÇÃO	PISO A PARTIR DE 01-02-2022
Padeiro e/ou Confeiteiro	R\$2.190,00
Demais Funções	R\$1.730,00

3.1 As empresas poderão optar pelo reajuste integralmente conforme valores da tabela **b**.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários serão reajustados em **10,42% (dez inteiros e quarenta e dois centésimos por cento)** e incidentes sobre os valores praticados em 31 de Agosto de 2.021. Sendo autorizado, caso necessário, o parcelamento do índice, em 7% (sete por cento) de 01 de Setembro de 2.021 a 31 de Janeiro de 2.022 e a partir de 01 de Fevereiro de 2.022 o pagamento integral de 10,42% (dez inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) sobre o salário de 31 de Agosto de 2.021.

CLÁUSULA QUINTA - PISO SALARIAL - REAJUSTE - CONDIÇÕES DO REPIS

REPIS – REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL

Objetivando conferir tratamento diferenciado e favorecido ao Microempreendedor Individual (**MEI**), as Microempresas (**MEs**) e Empresas de Pequeno Porte (**EPPs**), fica mantido o Regime Especial de Piso Salarial – **REPIS**, para a categoria dos trabalhadores nas Panificadoras, Confeitarias e Indústrias de Panificação e Confeitaria, que se regerá pelas normas a seguir estabelecidas:

5.1 - Considera-se para efeitos desta cláusula, a pessoa jurídica que aufera **receita bruta anual**, nos seguintes limites:

Tipo de Empresa	Faturamento Bruto Anual
Microempreendedor Individual (MEI)	limitado a R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais) até 1 (um) empregado.
Microempresa (ME)	igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais)
Empresa Pequeno Porte (EPP)	superior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$4.800.000,00 (Quatro milhões e oitocentos mil reais)

5.2 - Ocorrendo a alteração nos limites de valores na tabela acima, determinada por legislação específica, prevalecerão os novos valores fixados para fins de enquadramento no **REPIS**, não sendo necessário que a empresa tenha sua tributação pelo Simples Nacional.

5.3 - Para adesão ao **REPIS**, as empresas enquadradas na forma do item 5.1 desta cláusula, deverão requerer a expedição de **CERTIDÃO SINDICAL E ADESÃO AO REPIS** através do encaminhamento de formulário ao **Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de São José do Rio Preto e Região - SINDIPAN**, cujo modelo será fornecido pelo mesmo. Referida Certidão será expedida pelas entidades sindicais convenientes sem qualquer custo para as empresas.

5.4 – O requerimento de certidão de regularidade perante as entidades sindicais e adesão ao **REPIS**, deverá ser assinado pelo(s) sócio(s) administrador(es) da empresa, juntamente com o contabilista responsável, com firma reconhecida, contendo as seguintes informações e documentos:

- a) Certidão de Regularidade de Inscrição no CNPJ expedido pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão Simplificada atualizada da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP;
- c) Comprovante de endereço atual da empresa;
- d) Cópia da GFIP do mês anterior;
- e) Declaração emitida pelo contador responsável e sob as penas da lei, de que a receita auferida nos últimos 12 meses anteriores ao mês da declaração, permite enquadrar a empresa como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (**MEI**), MICROEMPRESA (**ME**) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (**EPP**), no Regime Especial de Piso Salarial – **REPIS 2021/2022**.
- f) Comprovação de cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho **2020/2021**, relativamente ao primeiro período de vigência da mesma.
- g) Declaração de Compromisso de cumprimento integral da Convenção Coletiva de Trabalho **2020/2022**.

5.5 - Constatado o cumprimento dos pré-requisitos pelas entidades sindicais patronal e profissional, estas deverão fornecer às empresas solicitantes a **CERTIDÃO SINDICAL E ADESÃO AO REPIS**, no **prazo máximo de até 25 (vinte e cinco) dias**, contados a partir da data de recebimento da solicitação, devidamente acompanhada da documentação exigida. Em se constatando qualquer irregularidade, a empresa solicitante deverá ser comunicada para que regularize sua situação, no prazo de 10 (dez) dias.

5.6 - A empresa será automaticamente desenquadrada do REPIS, nas seguintes hipóteses e penalidades:

- a) Constatando-se **FALSIDADE** das declarações apresentadas para o enquadramento no **REPIS** ou na Declaração no que compete ao cumprimento desta CCT;
- b) Deixar de cumprir as obrigações previstas na **CCT 2020/2022**;
- c) Atingir faturamento bruto anual acima do teto previsto para as EPP(s);
- d) A empresa que desenquadrar do **REPIS** em virtude de ocorrência das letras “a” e “b” acima, deverá efetuar o pagamento de todas as diferenças salariais, a partir da data em que praticou o piso salarial previsto para o **REPIS**;
- e) Para as empresas que se desenquadrarem do **REPIS** em virtude da ocorrência da letra “c” acima, as mesmas poderão praticar o piso salarial do **REPIS** somente até a próxima data-base.

5.7 - Uma vez cumprida as exigências desta cláusula, as empresas solicitantes receberão do SINDIPAN, o certificado de enquadramento no regime especial de piso salarial – REPIS, com validade até o dia 31 de agosto de 2022, devidamente assinado pelos sindicatos convenientes, que lhes facultará, a partir de 01/09/2021 até 31/08/2022, a prática de piso salarial com valor diferenciado daquele previsto na cláusula 5.0, como segue:

5.8 - Pisos salariais a serem praticados pelas empresas enquadradas no REPIS, para o período de 01 de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2022:

Empregados abrangidos por este Termo Aditivo que prestam serviços em **Panificadoras e Confeitarias**, bem como na **Indústria da Panificação e Confeitaria**:

FUNCAO	PISO A PARTIR DE 01-09-2021
Padeiro e/ou Confeiteiro	R\$1.833,00
Demais Funções	R\$1.434.00

FUNCAO	PISO A PARTIR DE 01-02-2022
Padeiro e/ou Confeiteiro	R\$1.892,00
Demais Funções	R\$1.480.00

5.9 - O prazo para adesão ao REPIS 2021/2022 terminará no dia 01/11/2021.

5.10 - Para fins de comprovação perante os órgãos do judiciário trabalhista e Ministério do Trabalho, e ainda nas homologações em geral, o único documento hábil para esta finalidade será a CERTIDÃO SINDICAL E ADESÃO AO REPIS – 2021/2022, expedida pelas entidades sindicais, e na forma prevista nesta CCT.

5.11 - Nas homologações, eventuais diferenças no pagamento das verbas rescisórias, em decorrência da aplicação indevida do REPIS, quando apuradas, deverão ser quitadas no ato homologatório, acrescido de uma multa equivalente a 1 (um) maior piso da categoria, pois a falta do pagamento implicará no impedimento da homologação, salvo quando o empregado autorizar a consignação da irregularidade em ressalva no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

5.12 - As entidades sindicais estabelecerão as regras administrativas e condições de operacionalização do REPIS.

5.13 - Considerando as dificuldades financeiras pelas quais as empresas em geral do setor vem passando, bem como, a grave crise econômica do País, fica facultado às empresas que não se enquadrarem nas condições de MEI, ME ou EPP, solicitarem, mediante o cumprimento de todos os requisitos previstos nesta CCT, inclusive quanto aos prazos de adesão estabelecidos nos itens anteriores, o benefício temporário, da **“EQUIVALÊNCIA SALARIAL”** ao piso do **REPIS**, o que lhes garantirá única e exclusivamente a prática do piso salarial diferenciado previsto nesta cláusula, até a data de 31 de agosto de 2.022, sem os demais benefícios concedidos às empresas que se enquadrem no **REPIS**, sendo que nestes casos, será concedido para essas empresas a **“CERTIDÃO SINDICAL DE EQUIVALENCIA SALARIAL - REPIS –2021/2022”**

5.14 – O prazo para requerer o benefício temporário da **EQUIVALENCIA SALARIAL**, prevista no item anterior, encerra-se dia **01 de novembro de 2.021**.

5.15 - Fica ajustado entre os sindicatos convenientes, que em caso de eventual extinção, por qualquer motivo, do **REPIS**, ficará assegurada a discussão de novas bases salariais mediante a celebração de nova convenção coletiva de trabalho ou termo aditivo.

5.16 – O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIAO-SP**, representará a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, nas bases territoriais inorganizadas, unicamente para a aplicação e implementação das normas e condições relativas ao **REPIS**, recebendo e assinando toda documentação necessária.

5.17 - Para os trabalhadores que percebam acima do piso salarial e cujas empresas estavam enquadradas no **REPIS – 2020/2021**, os salários serao reajustados em **10,42%** (dez inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) e incidentes sobre os valores praticados em 31 de Agosto de 2.021, sendo autorizado o parcelamento do índice, em 7% (sete por cento) de 01 de Setembro de 2.021 a 31 de Janeiro de 2.022 e a partir de 01 de Fevereiro de 2.022 o pagamento integral de 10,42% (dez inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) sobre o salário de 31 de Agosto de 2.021.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA - DIFERENÇA SALARIAL DATA BASE

As diferenças salariais e demais reflexos decorrentes dos reajustes acima, deverão ser quitadas junto com a folha de pagamento do mês de outubro de 2021.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - AUXILIO REFEIÇÃO

A partir de **01 Setembro de 2.021**, as empresas concederão mensalmente aos trabalhadores um ticket refeição, cujos valores deverão ser pagos juntamente com os salários de cada mês, de acordo com a tabela abaixo:

Empresa enquadradas no REPIS	R\$115,00 (Cento e quinze reais)
Empresas não enquadradas no REPIS	R\$175,00 (Cento e setenta e cinco reais)

I - As empresas que optarem por conceder refeições no local de trabalho, a seu exclusivo critério, estarão desobrigadas da concessão do auxílio refeição.

II - O fornecimento do auxílio refeição ficará condicionado ao não cometimento pelo empregado de falta injustificada durante o período mensal.

III – As empresas promoverão o desconto da importância de R\$1,00 (um real) mensal de cada trabalhador beneficiado com este auxílio a título de participação na ajuda alimentícia.

IV - Fica expressamente ajustado e convencionado, com a eficácia constitucionalmente assegurada aos instrumentos normativos, que este benefício não tem caráter remuneratório e aos salários não se integrará para nenhum efeito, e nem sobre ele incidirão quaisquer encargos fiscais.

RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL E OPOSIÇÃO

As empresas descontarão, mensalmente, partir do mês de competência de Setembro de 2021, o percentual de **1,5% (um virgula cinco por cento)** sobre o piso da categoria praticado pelas mesmas, sem incidência sobre o 13º salário e PLR - Participação nos Lucros ou Resultados, de cada um de seus empregados devidamente sindicalizados ou não, qualquer que seja a sua remuneração e permanecendo pelo prazo de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição para custeio da ação sindical, especialmente reivindicatórias, inclusive negociações coletivas, a favor do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO-SP** para a base territorial do sindicato de Rio Preto ou para a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, para as bases inorganizadas.

E

As empresas descontarão, mensalmente, partir do mês de competência de setembro de 2021, o percentual de **1,3% (um virgula três por cento)** sobre o salário da categoria praticado pelas mesmas com o teto máximo de R\$ 25,00 (vinte e cinco) conforme TAC - Termo Ajuste de conduta, sem incidência sobre o 13º salário e PLR - Participação nos Lucros ou Resultados, de cada um de seus empregados devidamente filiados/sindicalizados ou não, qualquer que seja a sua remuneração e permanecendo pelo prazo de vigência desta ACT - Acordo Coletivo de Trabalho ou CCT- Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição para custeio da ação sindical, especialmente reivindicatórias, inclusive negociações coletivas, a favor do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS USINAS DE AÇÚCAR, NAS INDÚSTRIAS DE SUCO CONCENTRADO, DO CAFÉ SOLÚVEL, DOS LATICÍNIOS E DA ALIMENTAÇÃO DE CATANDUVA E REGIÃO-SP**.

E

As empresas descontarão, mensalmente, partir do mês de competência de setembro de 2021, o percentual de **1% (um por cento)** sobre o piso da categoria praticado pelas mesmas, sem incidência sobre o 13º salário e PLR - Participação nos Lucros ou Resultados, de cada um de seus empregados devidamente filiados/sindicalizados ou não, qualquer que seja a sua remuneração e permanecendo pelo prazo de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição para custeio da ação sindical, especialmente reivindicatórias, inclusive negociações coletivas, a favor do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO E DO AÇÚCAR DE OLÍMPIA E REGIÃO**.

E

As empresas descontarão, mensalmente, partir do mês de competência de setembro de 2021, o percentual de **2,0% (dois por cento)** sobre o piso da categoria praticado pelas mesmas, sem incidência sobre o 13º salário e PLR - Participação nos Lucros ou Resultados, de cada um de seus empregados devidamente filiados/sindicalizados ou não, qualquer que seja a sua remuneração e permanecendo pelo prazo de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição para custeio da ação sindical, especialmente reivindicatórias, inclusive negociações coletivas, a favor do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE VOTUPORANGA-SP**.

E

As empresas descontarão, mensalmente, partir do mês de competência de setembro de 2021, o percentual de **2,0% (dois por cento)** sobre o piso da categoria praticado pelas mesmas, sem incidência sobre o 13º salário e PLR - Participação nos Lucros ou Resultados, de cada um de seus empregados devidamente filiados/sindicalizados ou não, qualquer que seja a sua remuneração e permanecendo pelo prazo de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição para custeio da ação sindical, especialmente reivindicatórias, inclusive negociações coletivas, a favor do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE PONTES GESTAL-SP**.

8.1 - Os descontos deverão ser efetuados destes empregados sindicalizados ou não, e deverão ser recolhidos junto a qualquer Agência da Caixa Econômica Federal, Casa Lotéricas, através de guias próprias a serem obtidas junto ao **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO** ou junto a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, nas bases inorganizadas

8.2 - As empresas deverão obter dos empregados não filiados, a devida autorização para desconto da Contribuição Assistencial Profissional.

8.3 – Fica mantido o **direito de oposição** aos descontos na forma da Clausula 52.0, 52-1 e 52-2 da Convenção Coletiva de Trabalho 2.020/2022 do processo principal deste Termo Aditivo.

8.4 - O atraso no recolhimento das contribuições assistencial profissional acima, implicará na aplicação das mesmas sanções previstas no artigo 600 da CLT.

CLÁUSULA NONA - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SISTEMA NEGOCIAL PATRONAL

Além da contribuição sindical anual devida na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, com base nos artigos 580 e seguintes da CLT, conforme tabela seguinte, e com a finalidade precípua de ampliar os serviços prestados pela entidade, é instituída, a partir de 01 de Setembro de 2.021 a **CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE SISTEMA NEGOCIAL DO SINDICATO PATRONAL**, de acordo com o artigo 8º. Parágrafo 4º. da Constituição Federal, e conforme Assembleia Geral realizada no dia 21/09/2021, que será recolhida pelas empresas, em favor do **SINDICATO DA INDUSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO**, cujo pagamento será mensal, de acordo com a tabela a seguir:

QUANTIDADE DE EMPREGADOS	VALOR CONTRIBUICAO MENSAL
De 0 a 5 empregados	R\$ 50,00
De 6 a 10 empregados	R\$ 75,00
De 11 a 20 empregados	R\$ 150,00
De 21 a 30 empregados	R\$ 200,00
De 31 a 50 empregados	R\$ 250,00
Acima de 50 empregados	R\$ 400,00

9.1 – Para fins de se estabelecer a quantidade de empregados, as empresas poderão apresentar ao **SINDIPAN-RIOPRETO** uma declaração de formação de grupo econômico somente para fins de recolhimento das contribuições acima, indicando os nomes das empresas vinculadas, a totalidade dos empregados vinculados às mesmas e o nome da empresa principal que estará recolhendo as contribuições. Referida declaração devera ser renovada anualmente sempre no mês de Janeiro.

9.2 – Os valores das contribuições acima serão reajustadas na próxima data base, 01-09-2022, de acordo com o mesmo percentual de reajuste salarial aplicado à categoria profissional.

9.3 – O vencimento das parcelas ocorrerá todo dia 20 de cada mês, iniciando-se a partir de 20 de setembro de 2.021, sendo que o atraso no recolhimento desta contribuição, culminará na aplicação da multa de 2% sobre valor devido, acrescido de 1% de juros ao mês, além de correção monetária. Sobre o valor de cada contribuição será acrescido o custo de cobrança bancária, e ainda, os custos de envio do boleto pelo correio, caso este não seja retirado na sede do **SINDIPAN-RIOPRETO** ou enviado por e-mail devidamente cadastrado para esta finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

Com fundamento nas disposições do artigo 578 e seguintes da CLT, bem como, com base na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2021 que expressamente aprovou a contribuição sindical a favor do SINDIPAN – RIO PRETO, as empresas pertencentes a categoria econômica, representadas na forma estatutária pelo **SINDIPAN-RIO PRETO**, deverão proceder o recolhimento da contribuição sindical nos prazos legais (vencimento em 31 de janeiro de 2022), conforme tabela de cálculo de contribuição sindical abaixo, na forma do artigo 578 e seguintes da CLT, e desta Convenção:

CLASSE DE CAPITAL SOCIAL (em R\$)	ALÍQUOTA %	PARCELA A ADICIONAR	Valor da contribuição a recolher
De 0,01 a 26.879,25	Contr. Mínima	215,03	Calcular capital social x alíquota + parcela a adicionar
de 26.879,26 a 53.758,50	0,8%	-	Calcular capital social x alíquota + parcela a adicionar
de 53.758,51 a 537.585,00	0,2%	322,25	Calcular capital social x alíquota + parcela a adicionar
de 537.585,01 a 53.758.500,00	0,1%	860,14	Calcular capital social x alíquota + parcela a adicionar
de 53.758.500,01 a 286.712.000,00	0,02%	43.866,94	Calcular capital social x alíquota + parcela a adicionar
de 286.712.000,01 em diante	Contr. Máxima	101.209,34	Calcular capital social x alíquota + parcela a adicionar

Parágrafo único - O atraso no recolhimento da Contribuição Sindical Patronal acima, implicará nas sanções previstas no artigo 600 da CLT.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DEMAIS CLAUSULAS

As demais cláusulas não alteradas ou modificadas por este instrumento, permanecem inalteradas e fazem parte integrante a este aditivo junto à Convenção Coletiva do Trabalho 2020/2022.

HUMBERTO LUIZ DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DA INDUSTRIA DE PANIFICACAO E CONFEITARIA DE SAO JOSE DO RIO PRETO E REGIAO

ANTONIO VITOR
PRESIDENTE
FED DOS TRAB NAS IND DE ALIM DO EST S PAULO

TIAGO GONCALVES PEREIRA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE SAO JOSE DO RIO PRETO E REGIAO
SP

MARCELO DOS SANTOS ARAUJO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS USINAS DE ACUCAR,NAS INDUSTRIAS DE SUCO CONCENTRADO,DO
CAFE SOLUVEL,DOS LATICINIOS E DA ALIMENTACAO DE CATANDUVA

JOAO ROBERTO STRINGHINI
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA ALIMENTACAO E DO ACUCAR DE OLIMPIA E REGIAO

VICENTE APARECIDO ROMERO
SECRETÁRIO GERAL
SINDICATO DOS TRAB NAS IND DE ALIMENTACAO E AFINS DE VOTUPORANGA

EDIVALDO PEREIRA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE PONTES GESTAL-SP

ANEXOS

ANEXO I - ATA DA REUNIÃO REAJUSTE SALARIAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.